

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO NO ENSINO SUPERIOR: OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA DAS MULHERES ESTUDANTES DURANTE A PANDEMIA

Education and human development in college education: the challenges of staying female students during the pandemic period

Lucélia Tavares Guimarães¹

Keysa Katiere Garcia Secatti²

Estefani Gabrieli Alves de Souza³

Resumo

O presente artigo contribui para a discussão sobre o desenvolvimento humano no ensino superior, e, dessa forma, destaca o desafio da permanência das mulheres na universidade durante o período pandêmico. Para isso, buscamos conhecer as condições particulares deste evento, juntamente com as questões generificadas que atravessam o modo como as mulheres se apropriam do conhecimento. Mediante o exposto, o percurso teórico metodológico descreve as relações de gênero e desenvolvimento humano no ensino superior a partir do referencial situado na teoria Histórico-Cultural e na teoria do *Care*. Dessa forma, realizou-se um estudo teórico bibliográfico com base no método materialista histórico-dialético para estabelecer quais são as implicações da evasão, absenteísmo e ausência de mulheres no Ensino Superior. Partimos do constructo de que o Ensino Superior proporciona o acesso às formas mais elaboradas de cultura e conhecimento construídos historicamente que são responsáveis pelo desenvolvimento das funções psíquicas superiores. Concluimos que o período pandêmico ratificou a cultura

¹ Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (2002), Mestrado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005) e doutorado em educação (Currículo) pela PUCSP (2010). Docente do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul/Unidade Universitária de Paranaíba e do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação da UEMS/Unidade Universitária de Paranaíba.

² Possui graduação em Letras pela Fundação Educacional de Fernandópolis, Especialização em Metodologia do Ensino de Língua Inglesa e é mestranda no Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação da UEMS/Unidade Universitária de Paranaíba.

³ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba/MS (2021), Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Paranaíba/MS e aluna do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, nível de Mestrado, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba/MS.

hegemônica do patriarcado no sistema capitalista, a qual atribui às mulheres funções sociais específicas do processo de produção e reprodução da sociedade, por isso, muitas destas funções, a maioria delas relacionadas ao cuidado, dificultou e impossibilitou o acesso e a permanência das mulheres na universidade.

Palavras-chaves: desenvolvimento humano. ensino superior. gênero. pandemia.

Abstract

This article contributes to the discussion on human development in higher education and aims to highlight the challenge of women's permanence in university during the pandemic period. Then, we seek to know the conditions of this event amid the gendered issues because it could be related with appropriation way of knowledge by female individuals. Besides, the theoretical-methodological path describes gender relations and human development in college education from the point of view of Historical-Cultural theory and Care theory. Thus, a bibliographic study inspired by the historical-dialectical materialist method was carried out to establish the implications of dropout, absenteeism, and the absence of women in College Education. We start from the construct that Higher Education provides access to the most elaborate forms of culture and historically constructed knowledge, and these are responsible for the development of higher psychic functions. We conclude that the pandemic period ratified the hegemonic culture of patriarchy in the capitalist system, which attributes to women specific social functions in the process of production and reproduction of society, so many of these functions, most of them related to care, it made difficult and impossible the access and the permanence of women in the university.

Keywords: human development. college education. gender. pandemic.

Introdução

O presente trabalho buscou conhecer em que medida a pandemia agravou os desafios da permanência e acesso das mulheres ao ensino superior e como isso reflete negativamente no desenvolvimento humano propiciado por tal etapa. Logo, levou-se em consideração que esse processo é compreendido como uma experiência formativa necessária para o acesso aos conteúdos historicamente mais elaborados. Assim como, este estudo compõe parte da pesquisa desenvolvida pelo grupo de pesquisa em Políticas Educacionais e Currículo, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Para apoiar os estudos educacionais sobre o currículo, gênero e desenvolvimento humano, buscamos aporte teórico na Psicologia Histórico-Cultural, pois os teóricos desta vertente defendem a importância da qualidade das relações sociais no processo de ensino como forma privilegiada de desenvolver a humanização nos indivíduos através do acesso ao

conhecimento historicamente acumulado por meio da ciência, porque assim se pode desenvolver formas mais complexas do psiquismo humano.

Assume-se, todavia, que há particularidades na maneira como se dá a apropriação e o acesso das mulheres ao conhecimento, principalmente nas etapas mais superiores da educação. Nesse sentido, problematizaremos as condições particulares da construção do gênero feminino na sociedade e exporemos o modo como o desenvolvimento humano é propiciado e mediado pelos processos de ensino, sobretudo, a importância do papel das instituições de ensino superior e sua relevância para a construção da identidade e emancipação intelectual das mulheres.

Por conseguinte, buscamos atribuir especificidade ao tema e demonstrar o objeto de pesquisa em questão, nesse caso, as desigualdades de gênero na educação superior. Haja vista que o trabalho partirá do entendimento de que há diversos desafios que incidem no acesso e permanência das mulheres na universidade, pois acreditamos que estas dificuldades foram agravadas devido às restrições e necessidades trazidas pela pandemia.

As relações históricas de acesso e permanência das mulheres ao Ensino Superior são conflituosas, todavia a situação pandêmica agravou, ainda mais, a dificuldade em conciliar diversas jornadas em sua vida diária. A crise sanitária elevou as necessidades do cuidado, as quais estão geralmente relacionadas ao cuidado de crianças e idosos, trabalhos domésticos, entre outros. Por meio de um constructo histórico-social, estas tarefas são mormente atribuídas às mulheres, tais atribuições acarretam uma sobrecarga e implicam na permanência das mulheres no ensino superior. Por isso, estas questões configuram-se como uma problemática de gênero, portanto, visamos reconstituir a materialidade destas relações por meio da análise do contexto pandêmico, sem, contudo, esgotar o debate.

Para alcançar os objetivos almejados, adotamos os constructos teóricos arraigados no materialismo histórico-dialético quais são fundamentados nos trabalhos de Marx. Dessa forma, buscamos compreender a realidade mediante a ótica dialética desenvolvida pelos marxistas, o que possibilitou empregar tais preceitos no nosso percurso teórico metodológico. Assim, o trabalho aqui presente, desenvolveu-se por meio da seleção bibliográfica em fontes primárias e secundárias, tanto nos posicionamentos da teoria Histórico-Cultural quanto na forma de pontuar a discussão a partir do método dialético presentes nos estudos de gênero no feminismo materialista para trazer especificidade ao objeto de pesquisa em questão.

1. Conceituando o Desenvolvimento Humano a partir da ótica da Psicologia Histórico-Cultural

. A psicologia Histórico-cultural, cujo principal expoente é Vygotsky, contribui para o entendimento dos mais variados processos de desenvolvimento humano, logo, o indivíduo deve ser compreendido em suas dimensões filogenéticas, ontogenéticas e histórico-sociais. Desse modo, a partir da teoria sociocultural de Vygotsky, é possível afirmar que o seu estudo foi realizado no sentido de entender as transformações dos indivíduos por meio das interações sociais feitas ao longo da vida e as implicações para o desenvolvimento do psiquismo humano, sendo este, o carácter histórico da formação da mente.

No entanto, as interações são mediadas por condições particulares à existência dos indivíduos, o meio social, o contexto, a cultura. Por isso, é necessário buscar apreender como esta teoria define o que é cultura. De acordo com Leontiev (2004), cultura pode ser definida como todas as produções humanas desenvolvidas no decorrer da história que são apropriadas pelos indivíduos ao desempenharem um papel ativo de interação. Com base nesses apontamentos, Leontiev (2004) esclarece:

Podemos dizer que cada indivíduo aprende a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana. (p.278)

O autor estabelece, assim, a desnaturalização dos processos de aprendizagem e de apropriação do conhecimento, pois um dos outros aspectos relevantes estruturados pela teoria Histórico-Cultural é a passagem das funções psíquicas em condições elementares para superiores. Assim posto, tem-se a necessidade em explicitar que não se trata de uma substituição, e sim, de um desenvolvimento em que tais habilidades são aprimoradas. (VYGOTSKY, 1987).

Para Vygotsky (1987) os indivíduos nascem com determinações naturais, todavia elas são superadas por processos culturais, ao explicitar que o ser humano nasce com funções psíquicas elementares que consistem em reflexos utilizados nas interações necessárias entre o indivíduo e a sociedade, mas ao entrar contato com a cultura historicamente acumulada, o indivíduo se torna dotado de funções que são definidas como superiores.

As funções psíquicas superiores podem ser entendidas como funções tipicamente humanas, por possuírem o caráter de voluntariedade, como a memória, atenção, imaginação etc. Essas funções são chamadas de processos superiores, pois são realizadas de modo voluntário pelos indivíduos, modificando a característica de reflexo que anteriormente permeava as funções entendidas como elementares. (VYGOTSKY, 1987).

Conforme demonstrado, a teoria HC não considera natural a aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias para o convívio em sociedade. Leontiev (1978) pontua que para que essas funções sejam propriamente desenvolvidas, é necessário que ocorra a criação de necessidades, visto que, desse modo, o indivíduo agirá de forma intencional sobre a realidade, o que possibilita um salto qualitativo, o qual pode ocorrer em qualquer etapa da vida, portanto, não podem ser consideradas como heranças genéticas.

Na concepção vigotskiana, a cultura objetiva-se nos signos ou instrumentos culturais, dispostos sob a forma de instrumento cultural material e instrumento psicológico, como é o caso da linguagem. Pautado nesse processo, ou seja, no trabalho transformador da natureza e do próprio homem, Vygotsky toma a cultura como eixo central no desenvolvimento do ser humano. (MARTINS E RABATINI, 2011, p.348)

As autoras explicam que à medida em que cultura é possibilitada ao ser humano, são criados os signos ou instrumentos, pois são formas de utilização das quais se tem a interação com materiais culturais, como por exemplo, a linguagem, a escrita e estas servem para que a comunicação do pensamento seja disseminada, assim como, as outras formas de cultura e organizações sociais sejam passadas adiante. (MARTINS E RABATINI, 2011).

A concepção Histórico-Cultural também prioriza uma outra categoria, atribuindo a ela grande relevância, a mediação. Martins e Rabatini (2011, p.350), visualiza as definições de mediação, não apenas como uma ponte, mas como “[...] interposição que provoca transformações, encerra intencionalidade socialmente construída e promove desenvolvimento, enfim, uma condição externa que potencializa o ato de trabalho, seja ele prático ou teórico.”

Com base nas definições feitas em torno das principais categorias que circunscrevem a Psicologia Histórico-Cultural, pode-se compreender melhor a respeito do desenvolvimento da consciência dos indivíduos. Para explicar o processo de desenvolvimento da consciência, Leontiev (2004) embasou-se na perspectiva de divisão social do trabalho e propriedade privada,

ao que se faz necessária uma compreensão do ponto de vista da divisão de classes, desenvolvida em uma sociedade capitalista. (DUARTE, 2004).

Para Leontiev (2004), a consciência humana precisa ser entendida com base no devir histórico, e isso implica em modos de vida, relações sociais estabelecidas e o local ocupado socialmente pelos indivíduos, portanto, ao se analisar as relações de produção estabelecidas na sociedade capitalista, tem-se resultados específicos para determinadas realidades.

De acordo com Duarte (2004), para se compreender a respeito da alienação, é importante visualizar o contexto social a partir de uma perspectiva que priorize a categoria trabalho. Com base nisso, os indivíduos são entendidos como pertencentes a um sistema em que precisam vender sua força de trabalho para que obtenham renda. Essa função modifica o sentido de seu trabalho, tendo em vista que não se atribui relevância ao tipo de trabalho a ser desenvolvido, e sim, no lucro que tal atividade proporciona.

É necessário, contudo, considerar as implicações disso para os processos psicológicos, Duarte (2004) pontua que a ruptura com os sentidos provoca uma coibição do desenvolvimento da personalidade humana, tendo em vista que ao vender sua força de trabalho, o indivíduo se distancia do conteúdo da atividade que desempenha, e conseqüentemente, de sua personalidade.

O trabalho torna-se algo externo e estranho à personalidade do indivíduo quando, na realidade, deveria a atividade centrar-se em termos do processo de objetivação da personalidade do indivíduo. Sem a possibilidade dessa objetivação, a personalidade fica restrita, limitada em seu desenvolvimento. (DUARTE, 2004, p.59).

A partir disso, entende-se que a atividade de trabalho não instiga os homens (pensa-se aqui, no gênero humano) a buscarem conhecimentos, valores e habilidades que os capacite no sentido humano, centralizando assim, sua existência em desempenhar um tipo de trabalho, apenas visando a renda que isso trará, abandonando todas as possibilidades de buscarem mecanismos que escapem da evidente alienação proporcionada por este processo.

Entende-se, portanto, que o desenvolvimento humano é um processo socialmente construído que ocorre como resultado de contínuas interações com o meio e os demais indivíduos que o compõem através de uma relação dialética, entre os sujeitos e a cultura, os quais utilizam-se de signos e instrumentos para que a comunicação seja realizada. À respeito destas definições, Vitti e Azevedo (2018, p.365) sintetizam:

Na vida em sociedade, na dialética da existência, através da língua e da linguagem, através da mediação semiótica, o homem se comunica e se apropria dos conhecimentos, do saber acumulado, dos desenvolvimentos e dos resultados da atividade cognitiva das gerações precedentes e da cultura do seu povo, possibilitando que o legado cultural da humanidade seja preservado e transmitido às gerações seguintes.

Em suma, levando em consideração as problematizações propostas por este trabalho de pesquisa, torna-se, portanto, necessário que seja feito o exercício de situar tais definições conforme o explicitado anteriormente. Com base nisso questionamos: O que ocorre quando os indivíduos não acessam, ou não interagem socialmente em diferentes meios, principalmente aos que fogem às cotidianidades? No que isso implica para o desenvolvimento humano? Assim, compreendemos o processo de ensino na universidade ou no ensino superior como um lugar privilegiado para a disseminação do conhecimento elaborado historicamente e concebemos sua importância, todavia, assumimos consciência que para muitos indivíduos, o acesso a tais formas de conhecimento é negligenciado, a partir daí, tem-se uma problemática a ser explorada.

1.1.Relação entre Desenvolvimento Humano e Ensino Superior

Baseado nas definições conceituadas acerca do Desenvolvimento Humano através da perspectiva Histórico-Cultural, insere-se a lógica de que o processo de ensino é propiciado, de maneira intencional, por instituições de Ensino Superior. Considera-se que este espaço é privilegiado de conhecimento e oportunidades, então, é necessário entender questões como as desigualdades que perpassam tais processos.

O processo de ensino lido a partir da ótica da Psicologia Histórico-Cultural possibilita a compreensão de que, no ensino superior, os indivíduos se desenvolvem de modo essencialmente humano, principalmente nos casos em que o ensino é organizado, a fim de proporcionar conceitos mais elaborados, almejando de fato, o desenvolvimento humano e a humanização. (SILVA, 2010).

A aprendizagem, de acordo com Vygotsky (1977), acontece a partir das relações estabelecidas nos espaços privilegiados de conhecimento, em que são feitas trocas entre os docentes, estudantes e demais indivíduos que compõem o processo educativo. Para que de fato se considere “aprendizagem”, é preciso que se tenha a organização do ensino, no sentido de

propiciar conhecimentos sistematizados de forma intencional, resultando na superação de conhecimentos da vida cotidiana por meio da inserção de conhecimentos científicos.

Ao se pensar na aprendizagem no espaço universitário, onde uma quantidade muito grande de novos signos é apresentada aos estudantes, e que podem vir a proporcionar uma transformação na visão de mundo que tais indivíduos possuem, além disso, modifica ainda a forma de agir e atuar no mundo. Por meio da aquisição de novos signos, os estudantes passam a deter mais oportunidades. (ROLDÃO *et.al*, 2020).

Conforme explicitado por Roldão *et. al.* (2020) o ambiente universitário ainda pode atuar para além de apenas fornecer conhecimentos suficientes para o exercício de uma profissão, sendo que tal processo também pode auxiliar no desenvolvimento humano através da interação com formas mais complexas de humanidade. É preciso compreender que mesmo ao ingressar na Universidade na vida adulta, os estudantes não se encontram prontos, o que faz com que o papel docente e outras interações sejam importantes para propiciar instruções que os auxiliem a se desenvolverem em tais espaços. Dias e Pereira (2020) explicam como se dá o processo de ensino a partir da Psicologia Histórico-Cultural:

A educação no Ensino Superior deve considerar que a constituição do sujeito ocorre por meio das experiências históricas anteriormente acumuladas. A experiência dota o sujeito de sentidos e significados e serve como referência que perpassa não só o acesso à formação universitária, mas é constituída de saberes sobre uma base formativa [...] (DIAS e PEREIRA, 2020, p.78)

Assim posto, compreende-se na perspectiva HC que a inserção do sujeito no ambiente universitário proporciona uma experiência formativa diferenciada para o indivíduo. Pois de acordo com essa teoria, o indivíduo reage ao ambiente, assim como, é transformado pelas interações. Desse modo, Dias e Pereira (2020 p. 85) afirmam a importância de se acessar o ensino superior, pois (o estudo) “nos remete de antemão a um caminho, de registrar a relevância da formação social da mente e da relação entre pensamento e linguagem [...]” no ensino superior.

O processo educativo deve seguir princípios, tal como o compromisso com a transformação, de modo que possa reafirmar a luta contra todas as possíveis formas de alienações, seja por meio da construção de conhecimentos científicos críticos que remetam a reflexão e a transformação social ou crítica da sociedade e dos processos educativos

excludentes. No Ensino Superior, os estudantes atuam sobre a realidade de modo que desenvolvem tomada de consciência, criando assim, sua própria identidade. (DIAS; PEREIRA, 2020).

Diante do exposto, entende-se que o indivíduo ao se inserir no processo de ensino superior, torna-se dotado de possibilidades e oportunidades que antes não pertenciam a sua realidade, e isso representa uma experiência formativa não apenas no âmbito profissional, mas também, o torna consciente da cultura e dos conhecimentos mais elaborados produzidos historicamente, dialogicamente, contribuindo para a transformação de si mesmo e da realidade.

2. Mulheres, Ensino Superior e Desenvolvimento Humano

Para as mulheres, o ensino superior no Brasil, apenas se tornou uma realidade no final do século XIX, visto que apenas tiveram esse direito assegurado por Dom Pedro II, imperador do Brasil em 1879. Contudo, somente a partir da década de 1970, teve-se um expressivo crescimento do número de mulheres que compõem os espaços universitários no Brasil. (BLAY; CONCEIÇÃO, 1991).

Observa-se, por isso, que historicamente as mulheres são invisibilizadas, Bezerra (2016, p.4) afirma que “a ausência, que não foi voluntária, das mulheres na educação superior acarretou a invisibilidade delas na área educacional. Não havia uma real preocupação com a educação que era dada às mulheres. [...]”. Nota-se, portanto, uma problemática estrutural da sociedade que subjuga as mulheres, culturalmente e historicamente, o que é reforçado na maneira como se distribuí os papéis sociais.

O ensino superior é visto socialmente como uma forma de elevação social por meio da escolarização, haja vista que ele também se configura como um processo formativo profissionalizante. Obter um grau de ensino superior é algo valorizado, principalmente em determinadas circunstâncias que é preciso superar dificuldades para obtê-lo, como, por exemplo, passar pela escolarização básica. Ainda que o ensino superior, no Brasil, tenha se expandido nas últimas décadas, ele ainda atua como uma forma de possibilitar “saltos” sociais. (ALMEIDA, 2014).

A permanência no ensino superior também é um aspecto fortemente presente e historicamente constituído com impacto direto na contemporaneidade. As desigualdades sociais

aparecem constantemente em situações corriqueiras, mas são fortemente acentuadas, como no contexto de ingresso no ensino superior. Isso se deve ao fato de que a entrada na universidade é realizada a partir das condições de escolarização que os indivíduos possuem, pois trata-se de um processo permeado por fortes disparidades, em que as camadas mais pobres possuem acesso a uma formação precária, e voltada para a inserção no mercado de trabalho com agilidade. (ALBERNAZ.; FERREIRA.; FRANCO, 2002).

Conforme apontado por Freitas *et. al.* (2017, p.3), “sabe-se que desde a sua fundação a universidade é direcionada para as elites, sendo considerada, para estes, como um caminho natural na continuação dos estudos”. Contudo hoje, segundo Freitas (2017), com o aumento do número de vagas no ensino superior privado, a graduação representa ainda um grande desafio para a classe trabalhadora.

A discussão a respeito dos estudantes trabalhadores é de suma importância para as discussões propostas pelo Marxismo, tendo em vista que o trabalho (partindo, aqui, da concepção que o entende como mão de obra remunerada), é um dos pilares dos preceitos de entendimento da realidade desenvolvidos por Marx. O trabalho atua com caráter formativo do ser, o que Marx sintetiza indicando que “[...] sua produtividade material produz também os princípios, as ideias, as categorias, de acordo com as suas relações sociais.” (2001, p.98).

São diversos desafios que podem ser encontrados pelos estudantes ao ingressarem no ensino superior, levando em consideração a mudança na vida e na rotina como um todo propiciada por esse período. Pode-se mencionar dificuldades na obtenção de materiais de estudo (falta de material, internet e/ou computador), tempo para se dedicar (devido ao trabalho), dificuldades geográficas (distância, locomoção, transporte), dificuldades socioafetivas (falta de interação com os colegas, dificuldades em se reunir, falta de rede de apoio, pouco tempo morando em um local etc.) (FELICETTI, 2014).

Entretanto, ao atribuir uma ótica crítica para a importância de as mulheres ocuparem este espaço, deve-se pautar a permanência do gênero feminino no Ensino Superior para além da capacidade profissionalizante de tal processo de ensino, pois é possível visualizar a educação, como exposto por Vygotsky (1998), como forma de impulsionar o desenvolvimento humano, visto que assim, pode-se criar possibilidades, entrando em contato com a pluralidade e a diversidade cultural.

De acordo com a corrente de pensamento marxista, a sociedade capitalista é composta por classes, a burguesia, dona dos meios de produção e o proletariado que representa a mão de obra utilizada para a obtenção de lucros. Situando as mulheres, nesse contexto, entende-se que o capitalismo as utiliza em condições adversas, conforme explica Saffioti (2013, p. 65), as mulheres são vítimas de “uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural [...] e no plano estrutural [...]”.

Essas desvantagens, no nível superestrutural, se referem a falta de valorização das potencialidades femininas que resultam na criação de uma “supremacia” masculina em relação às mulheres, estabelecendo assim uma ordem social específica, que prioriza os homens. Já no plano estrutural, tem-se a marginalização do trabalho feminino, situando as mulheres no sistema de produção e reprodução (SAFFIOTI, 2013).

As relações desiguais entre homens e mulheres na sociedade reafirmam os papéis de gênero, no entanto, o lugar ocupado socialmente pelas mulheres sofre de múltiplas determinações. É fundamental, contudo, salientar que há aspectos que interferem no local em que se situam, como a classe e a raça a que pertencem, por exemplo, “o primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente” (SAFFIOTTI, 2013, p.67). Ainda que, para essas mulheres, as oportunidades de acesso ao setor produtivo sejam maiores.

Em contrapartida, a sociedade capitalista não dispensa o trabalho das mulheres das camadas inferiores, pois estas representam os lucros da mão de obra barata ou não remunerada. Com relação a situação da mulher negra, há um agravamento devido à circunscrição histórica-social do lugar em que as mulheres negras ocupam no setor produtivo.

As relações de produção prevalentes na ordem escravocrata-senhorial e as inconsistências culturais do sistema de castas apresentavam-se como elementos decisivos dos papéis que as mulheres, de uma e de outra casta, desempenhariam na sociedade brasileira de então. Do ângulo desses dois fatores, o papel representado pela mulher negra tinha um caráter corrosivo. [...] (SAFFIOTI, 2013, p. 234).

Assim sendo, o lugar da mulher no setor produtivo, que inclui dentro do recorte da temática do presente trabalho, o ensino superior, é permeado por múltiplas determinações, de raça, classe, gênero e etnia. As dificuldades de permanência e acesso da mulher, ao ensino superior, perpassam as complexas relações histórico sociais. Observa-se, portanto, nitidamente

um processo de silenciamento e naturalização dos papéis que as mulheres desempenham e o lugar que ocupam, sobretudo pautados em questões de gênero, pois eles se originam em uma sociedade que é regida por uma estrutura patriarcal, o que faz com que sejam construídas situações e contextos, em que determinados sujeitos sejam privados de ter o contato com as oportunidades e instrumentos culturais necessários, ou seja, as mulheres têm seu desenvolvimento humano impedido ou prejudicado por conta de tais imposições. (SOUZA; GOMES; SILVA; 2020).

3. Mulheres e a pandemia (Covid-19): os desafios de permanência e os reflexos no Desenvolvimento Humano

Por fim, o presente tópico utiliza-se das discussões propostas nas seções anteriores para inseri-las e situá-las na realidade atual. Com base no apresentado anteriormente, serão apresentadas discussões sobre como o desenvolvimento humano é negligenciado nos casos em que as mulheres, especificamente, passam por desafios de permanência no ensino superior, fazendo um recorte ao período pandêmico.

Após um mês da declaração de emergência em saúde pública por conta da Covid-19, foi criado o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação (COE-MEC) (BRASIL, 2020), ao que publicaram a Portaria n. 343/2020 (alterada pelas Portarias n. 345/2020 e n. 395/2020) e uma Medida Provisória (n. 934/2020), que autorizava o ensino remoto através de meios digitais, e a flexibilização do calendário letivo. Com relação ao ensino superior, a organização se deu a partir do Parecer n. 5/2020 indicava que:

[...] considerando as normas que regulam a EaD, o parecer dá ênfase à adoção de atividades por meios digitais e ao uso de ambientes virtuais de aprendizagem como forma de substituir as atividades presenciais, viabilizando continuidade do ensino durante a pandemia. Segundo o documento, essas atividades não presenciais podem ser consideradas para cumprimento de carga horária mínima anual, o que tornaria desnecessária a reposição dessas atividades após a pandemia. (GUSSO et. al., 2020, p.4)

Como consequência do aumento em largas proporções dos casos de Covid-19 no Brasil, as autoridades optaram como medida de biossegurança modificar os processos de ensino e trabalho, estes, em sua maioria, começaram a ser realizados de forma remota/online, o que

originou uma nova série de problematizações ao assumirmos uma ótica das relações estabelecidas no seio doméstico e na vida privada das alunas do curso superior.

Com relação ao Ensino Remoto Emergencial, dois aspectos principais foram os causadores de possíveis empecilhos durante tal período. O primeiro se refere ao acesso à internet em si, que representou uma dificuldade significativa para os estudantes durante esse período. O segundo, trata-se do “[...] repertório dos estudantes para estudo em ambiente virtual, o que exige deles maior grau de autonomia e sofisticação em habilidades acadêmicas, como leitura e escrita, bem como no uso de recursos digitais.” (GUSSO et. al., 2020, p.7).

Diante do fato de o trabalho e o estudo terem sido unificados em apenas um espaço (nos lares dos indivíduos), essa nova realidade potencializa as dificuldades das mulheres em conciliar diferentes jornadas de estudo e de trabalho, pois considerando as desigualdades de gênero e a divisão sexual do trabalho, historicamente, o cuidado e o bem-estar familiar, é atribuído às mulheres como uma responsabilidade exclusiva. (FEDERICE, 2017). Não só isso, a particularidade da situação pandêmica trouxe também a necessidade de cuidar dos entes vulneráveis, como crianças e idosos, haja vista o distanciamento social e o fechamento das instituições responsáveis pelo cuidado, tal como creches, por exemplo.

A partir disso, problematiza-se que as mulheres realizam um trabalho remunerado fora de casa, nesse contexto, tiveram que modificar suas atividades e rotinas para que incorporassem o trabalho no ambiente doméstico. Ademais, houve também a sobrecarga do trabalho não remunerado com o trabalho assalariado, ou seja, realizar um serviço para geração de renda, simultaneamente, ao cuidado da casa, filhos e todas as demais demandas domésticas. (PIRES, 2021).

Essa disparidade entre os gêneros pode ser entendida por meio da teoria do *care*, ou cuidado, pois assume que o trabalho de reprodução social remeta apenas à manutenção do bem-estar e do cuidado e, por isso, está vinculado socialmente às mulheres. Essa função social faz com que as mulheres fiquem limitadas e segregadas no âmbito doméstico e social, ou a atividades, profissões e ações que remetam a este segmento. (HIRATA E GUIMARÃES, 2012).

Trazendo esta realidade para mulheres inseridas no processo de ensino superior, o problema é ainda mais agravado. Com a modificação do ensino, observa-se fatores que servem para que as dificuldades sejam acentuadas, tais como [...] o desemprego e/ou redução de salário,

necessidade de cuidado dos mais idosos e crianças, realização de reuniões virtuais em casa com poucos cômodos, além de baixa qualidade ou falta de acesso à Internet [...]. (GUSSO *et.al.*, 2020, p.11).

Como mencionado anteriormente, além dos problemas estruturais proporcionados pelo formato de ensino, soma-se ainda às questões de gêneros, os serviços de cuidado que permaneceram sendo responsabilidade principal das mulheres e isso evidencia a distribuição desigual de atividades, socialmente estruturadas que têm origens profundas na divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos [...]tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) [...] (HIRATA E KERGOAT, 2007, p. 570)

Um estudo quantitativo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – campus Cabo Frio demonstra o efeito prático das questões de gêneros e da teoria do *care* aplicado na Educação Superior. Ao quantificar a evasão de homens e mulheres das disciplinas no EAD, no período pandêmico, descobriu-se que a evasão das mulheres era maior.

Tabela 1 – Evasão das disciplinas durante as Atividade Pedagógicas Não Presenciais (APNP) relaciona aos gêneros e números de filhos.

Número de disciplinas abandonadas	Geral	Feminino	Masculino	Possui filhos?	
				Sim	Não
0	72,6%	58,4%	41,6	72,2%	72,7%
1	10,4%	54,5%	45,5	16,7%	9,1%
2	5,7%	100%	0	0,0%	6,8%
3	3,8%	100%	0	5,6%	3,4%
4	2,8%	100%	0	5,6%	2,3%
5	1,9%	100%	0	0,0%	2,3%
Mais de 5	0,9%	100%	0	0,0%	1,1%
Todas	1,9%	50%	50%	0,0%	2,3%

(Fonte: Adaptado de Nunes, 2021, p. 9)

De acordo com Nunes (2021) os dados corroboram como as mulheres representam a maior porcentagem do público evadido, com exceção da evasão em todas as disciplinas no qual é igual. Para a autora, esse público é o mais afetado por questões psicológicas como depressão, estresse e ansiedade o que pode contribuir para esses resultados observados. No recorte específico da teoria do *care*, as condições particulares vivenciadas pelas mulheres no âmbito doméstico e amplificadas pela situação pandêmica podem ter ocasionado a sobrecarga e o abandono dos estudos.

Desse modo, retomando as questões que envolvem o desenvolvimento humano por meio do processo de ensino, tem-se então uma manifesta desigualdade entre homens e mulheres que são ressaltadas por tal contexto, estruturando assim, prejuízos no desenvolvimento de mulheres em comparação aos homens.

Através do acesso ao processo de ensino, em especial, o ensino superior, as mulheres possuem possibilidades como a emancipação social, cultural e material, pois essa etapa de ensino pode impulsionar os indivíduos para uma mudança de vida, em aspectos sociais, culturais e econômicos, de modo com que “[...] superem lacunas de conhecimentos estruturais e recebam qualificação profissional que facilite sua inserção no mercado de trabalho e obtenham assim remuneração adequada para seu sustento” (MONTEIRO, 2018, p.1183).

De acordo com Monteiro (2018), a educação profissional, vai muito além de apenas incluir os estudantes no mercado de trabalho, mas também, proporciona a formação cidadã, de modo ao inserir ativamente tais indivíduos na sociedade, isso também é discutido por Pacheco

(2011), o autor acrescenta que, além disso, tal formação não apenas inclui, mas também capacita os indivíduos para que se emancipem diante uma sociedade desigual.

Compreendendo todo o processo demonstrado, a partir da Psicologia Histórico-Cultural, entende-se que, todo o desenvolvimento proporcionado pelo processo de ensino formal, no caso em questão, o ensino superior, possui natureza social, ao que pode ser elucidado pelo exposto por Martins (2016, p. 108) abaixo:

A premissa da natureza social do psiquismo, além de introduzir mudanças decisivas nas concepções acerca de seu desenvolvimento, revela-se também uma questão de ordem metodológica. Ao se contrapor às explicações naturalizantes, Vigotski não procedeu uma mera inversão de vetores. Não substituiu linearmente a primazia dos constituintes internos pelos constituintes externos, mas, afirmou a essencialidade da relação dialética estabelecida entre eles.

O desenvolvimento apenas pode ser compreendido a partir do seu movimento dialético, ou seja, por meio das evoluções e transformações do indivíduo ao ser inserido socialmente. Para que se alcance o desenvolvimento necessário e que ocorra um entrelaçamento entre o biológico e o social, para isso, é preciso, também, superar as contradições (desigualdades), e isto resulta na formação da consciência e posteriormente da conduta (MARTINS, 2016).

Tais constatações permitem pensar na problemática do trabalho e do estudo de maneira crítica, assim, é possível perceber que as mulheres em determinadas situações são excluídas e impedidas de ocuparem o espaço do ensino superior. Por conseguinte, tanto a particularidade das questões de gênero e da divisão sexual do trabalho, quanto a situação pandêmica contribuíram para interromper o movimento de desenvolvimento humano realizado pelo processo de ensino, estas questões se materializam nas relações desiguais de pertencimentos e do processo de ensino efetivamente, visto que por conta das obrigações que ficam incumbidas a elas, torna-se inviável o contato com os meios culturais que a educação formal proporciona.

Considerações finais

Sintetizando os apontamentos e articulações entre o desenvolvimento humano e o ensino superior para mulheres, torna-se claro a estreita relação entre as questões de gênero que permeiam a desigualdade social entre homens e mulheres na sociedade e a correlação à situação

pandêmica. Esse estudo demonstra como isso privou as mulheres de integrar-se às oportunidades propiciadas pelo processo de ensino superior, pois certamente a ausência das mulheres neste espaço trará impactos na economia e na ordem cultural de reconhecimento e emancipação das mulheres.

O estudo sobre as dificuldades de permanência da mulher no Ensino superior e suas implicações sob o enfoque da teoria do *Care* e do desenvolvimento humano com base na Psicologia Histórico-Cultural possibilitou compreender o papel ativo da cultura e do conhecimento historicamente acumulado na constituição humana e sua importância no processo de emancipação feminina. A ratificação das questões de gênero na pandemia agravou as dificuldades de permanência das mulheres nos espaços universitários por conta da fusão da vida pública e privada, ou seja, com a pandemia, houve uma unificação entre as incontáveis responsabilidades assumidas “obrigatoriamente” pelas mulheres.

As implicações na vida de mulheres que sofrem diariamente com imposições sociais, parentais e conjugais, são inúmeras, mas o aspecto em comum são as limitações resultantes desses mecanismos, visto que além de prejuízos ao desenvolvimento humano, as mulheres tornam-se reféns de um processo desumanizador, que segrega comportamentos, ações, profissões, e no caso em questão, impedem, por meio da sobrecarga, que as mulheres busquem por oportunidades de independência, conhecimento mais elaborado, e a permanência em um meio social propício para a formação e a aprendizagem, como a universidade.

Referências bibliográficas

ALBERNAZ, A.; FERREIRA, F.; FRANCO, C. **Qualidade e equidade no ensino fundamental brasileiro**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 32, n. 3, p. 453-476, 2002. Acesso em 15 de julho de 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000200015>.

ALMEIDA, W. M. **ProUni e o ensino superior privado lucrativo em São Paulo: uma análise sociológica**, São Paulo, 2014.

BEZERRA, N. **Mulher e Universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade**. Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, UECE: Quixadá, p.1-8, 2016.

BLAY, E. A.; CONCEIÇÃO, R. **A mulher como tema nas disciplinas da USP**. Cadernos de Pesquisa, n. 76, p. 50-56, 1991.

BRASIL. Atos do Poder Executivo. Medida Provisória n. 934, de 01 de abril de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do Ensino Superior decorrentes das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União, ed. 63-A, seção 1, Brasília, DF, p. 1, 01 abr. 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medidaprovisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>

DIAS, M. S. de L.; PEREIRA, A. C. **A importância da constituição do sujeito em Vigotski para o ensino superior.** In: FARIA, Paula Maria Ferreira de; CAMARGO, Denise de; VENÂNCIO, Ana Carolina Lopes (org.). *Vigotski no Ensino Superior: concepção e práticas de inclusão.* Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

DUARTE, N. **Formação do indivíduo, consciência e alienação:** o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. *Cad Cedes, Campinas*, v. 62, n. 24, p. 34-63, abr. 2004.

FEDERICI, S. Calibã e a bruxa. **Mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FELICETTI, V. L. **Comprometimento do aluno ProUni:** acesso, persistência e formação acadêmica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* [online]. 2014, v. 95, n. 241, pp. 526-543. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2176-6681/301911955>>.

FREITAS, M. G. P. et al. **Os desafios da entrada e permanência da universidade por estudantes da classe trabalhadora.** In: Encontro latino-americano de Iniciação Científica. 21., 2017, Universidade do Vale do Paraíba. Anais [...]. Universidade do Vale do Paraíba, 2017.

GUSSO, H. L. *et al.* **Ensino superior em tempos de pandemia:** diretrizes à gestão universitária. *Debates & Polêmicas*, v. 41, n. 1, p. 1-27, jan. 2020.

HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (org.). **Cuidado e cuidadoras:** as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas S.A, 2012.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n.132, 595-609, 2007. Disponível: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do Psiquismo.** 2. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

MARX, K. **Miséria da Filosofia:** resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon. São Paulo: Centauro, 2001.

MARTINS, L. M.; RABATINI, V. G. **A Concepção de Cultura em Vigotski:** contribuições para a educação escolar. *Psicologia Política*, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 345-358. Dez, 2011.

MONTEIRO, S. A. de S. **Empoderamento feminino e a formação cidadã para a emancipação da mulher**. Revista online de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 22, n. 3, p. 1182-1197, set./dez., 2018

NUNES, R. C. **Um olhar sobre a evasão de estudantes universitários durante os estudos remotos provocados pela pandemia do COVID-19**. Research, Society and Development, v. 10, n. 3, 2021. Acessado em 15 de julho de 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13022>

PACHECO, E. **Mulheres Mil na Rede Federal: caminhos da inclusão**. Página do Programa Mulheres Mil. 2011.

PIRES, A. **A Covid-19 e a Educação Superior no Brasil: usos diferenciados das tecnologias de comunicação virtual e o enfrentamento das desigualdades educacionais**. Educación, Lima, v. 30, n. 58, p. 83-103, 2021

ROLDÃO, F. D. *et al.* **Reflexões sobre o trabalho do professor universitário: um olhar a partir da teoria de vigotski**. In: FARIA, Paula Maria Ferreira de; CAMARGO, Denise de;

SILVA, V. G. da. **Psicologia Histórico-Cultural e o desenvolvimento infantil: compreendendo o processo de escolarização**. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOUZA, A. L. B. R. de; GOMES, M. dos S.; SILVA, V. P. da. **Emancipação da mulher, formação integral e contribuições da expressão musical**. Educação em Revista, Marília, v. 21, p. 103-120, mar. 2020.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Aprendizagem e desenvolvimento na idade escolar**. In: Luria, A.R. Leontiev, A. Vygotsky, L.S. Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. Lisboa: Estampa, p. 31-50. 1977

_____. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo, Martins Fontes, 1987.

VITTI, S. C. de A.; DE AZEVEDO, M. A. S. B. **Reflexões sobre o desenvolvimento humano na perspectiva histórico-cultural: relações e inter-relações da mediação cultural, da escola e do professor**. Revista Profissão Docente, [S. l.], v. 18, n. 39, p. 360–372, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1219>. Acesso em: 3 dez. 2021.